

COMISSÃO PERMANENTE DE
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador João Cabral, Presidente da Comissão.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, sob a Presidência do Sr. Vereador João Cabral, Presidente da Comissão, com base no que preceitua o art. 4º da Resolução nº 1.052/2006.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Senhoras e senhores, bom-dia.

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, com base no que preceitua o art. 4º da Resolução nº 1.052/2006, de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que estabelece procedimentos especiais, prazos e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, Mensagem nº 81, dá outras providências, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a política urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

(LENDO)

O art. 4º da Resolução 1.052/06 determina que, a partir do dia 1º de janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos está assim constituída: Exmo. Sr. Vereador João Cabral, Presidente; Exmo. Sr. Vereador Dr. Nelson Ferreira, Vice-Presidente; Exmo. Sr. Vereador Carlos Bolsonaro, vogal.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Mesa está assim constituída: Dr. Marco Fonseca, Ouvidor da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; Dra. Ana Correa, Presidente de Honra do Comitê de Solidariedade e Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil.

Estamos no aguardo do Sr. Gilson Sampaio que estaria representando a Associação de Favelas do Rio de Janeiro. Acredito que, em função do trânsito, hoje mais do que nunca está ruim, ele está atrasado.

A Comissão Especial é composta pelos seguintes Vereadores: Exmo. Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente; Vereador Luis Antonio Guaraná, Vice-Presidente; e Vereador Jorge Felipe, Relator. São ainda membros os Vereadores Lucinha, Chiquinho Brazão, Nadinho de Rio das Pedras, Aspásia Camargo, Jorge Pereira e Jerominho.

Eu quero particularmente agradecer a presença dos nossos palestrantes, mas também, em especial, a presença de vocês. Nada seria possível sem que vocês estivessem presentes. A Sessão está sendo gravada pela TV Câmara e será exibida posteriormente. Mas, acima de tudo, pretendemos mostrar um pouco do trabalho que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal realiza. Essa é não só uma obrigação nossa, mas, também, é uma satisfação em termos pessoas tão gabaritadas que podem nos mostrar por meio de seus conhecimentos e podem nos fazer ganhar esses conhecimentos para que possamos transmiti-los para a nossa sociedade.

Após a palestra deles, nós colocaremos os microfones à disposição, livres para quaisquer questionamentos e para quaisquer perguntas. Ajam como se estivessem em casa. Sintam esta Casa como uma continuidade da casa de vocês.

Quero registrar a presença do Vereador Carlos Bolsonaro e da Dra. Kátia Moraes, representando a Exma. Sra. Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos Benedita da Silva e Dra. Renata Pelizon, representando a Comissão de Direitos Humanos da Alerj e do Dr. Fernando Scofano de Mendonça, representando a Fecomercio.

Nós estipulamos uma meta e até uma ordem de quem seria o primeiro, o segundo, o terceiro. Isso para nós fazia diferença. O mais importante é que eles estivessem presentes. E ficou estipulado que primeiro falaria o Dr. Marco Fonseca. E mais uma vez, Dr. Marco, obrigado por sua presença. E por essa sua vinda aqui, como o nosso contato anterior, obrigado. Obrigado pelo seu relacionamento, pela sua amizade. E que, cada vez mais esse nosso elo se fortaleça. Nós nos colocamos à disposição e tenho certeza que vocês estarão à disposição também.

Quero, antes de passar a palavra ao Dr. Marco Fonseca, agradecer ao Professor Edivaldo Lopes de Araújo, aos alunos da UniverCidade que vieram nos prestigiar e que, com certeza, sairão daqui com uma outra visão através de conhecimento dessas palestras bastante proveitosas.

Com a palavra, Dr. Marco Fonseca, Ouvidor da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

O SR. MARCO FONSECA – Bom-dia a todos. Senhor Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Exmo. Sr. João Cabral, convidados, cidadão da Cidade do Rio de Janeiro, amigo e amigas presentes.

Eu estava comentando aqui com a Ana, que eu tive o prazer de conhecer agora, que nós já estivemos, muitas vezes aqui na Câmara, nas galerias, nas manifestações na porta. E nunca estivemos aqui nessa posição. E isso é muito saudável numa Democracia. Mas, ao mesmo tempo, é emocionante, porque é um espaço tão importante da Cidade do Rio de Janeiro, é um espaço que nós freqüentamos tantas vezes. Muitas vezes em conflito e muitas vezes em emoção e paixão. E agora a gente está aqui, no meu caso, na condição de representante do Governo do Estado.

Eu queria, antes de iniciar o que eu tenho para falar aqui, deixar claro que a minha participação é uma participação política. Por quê? Porque hoje em dia se tenta quase que criminalizar a política e se tenta esconder a atividade política através do discurso de: “eu sou técnico...”. Então, se eu sou técnico, eu estou livre das críticas políticas e quase que isento da observação das pessoas.

E eu me orgulho muito da atividade política, eu acho que é o principal instrumento de cidadania – a participação política. Eu venho de cinco anos de uma experiência fora do Brasil. E conversando com um Vereador de uma pequena Cidade Norte-Americana, perguntei para ele o que ele desejava como Vereador. Ele falou: “Eu sou Vereador porque eu quero ser Presidente da República”. E eu achei engraçado porque aqui, às vezes, a gente conversa com os Vereadores e eles têm vergonha de dizer que vão ser reeleitos ou que estão participando politicamente ou que vão ser candidatos a Prefeito e tal. E lá, o Vereador, o Líder Comunitário já diz que quer ser Presidente. Desde pequeno ele é criado com o orgulho da sua participação cívica e política. Então, eu acho que isso é uma coisa que a gente deve destacar, que as lideranças comunitárias, os líderes sindicais nunca devem ter vergonha de dizer que fazem política, que atuam politicamente, que têm essa militância, porque essa é uma conquista da democracia. A gente lutou muito para poder falar que faz política. E seria muito ruim que a gente começasse esconder esse discurso através de “eu sou técnico, eu sou gestor, eu sou administrador”. O que existe, na minha visão, são políticos bem qualificados tecnicamente e políticos desqualificados tecnicamente. Mas todos são políticos. A partir do momento que você ocupa um cargo em um governo, mesmo sendo um técnico, você está atuando politicamente e você tem que assumir essa posição.

Quando a gente discute Plano Diretor e quando a gente discute como a cidade vai se organizar, a questão espacial da cidade, é evidente que a questão política e ideológica vão aparecer. Não aparecer no Debate da Ocupação da Terra, aparecer no Debate de como a gente quer essa cidade. Então, isso é uma coisa que eu queria destacar.

Eu escolhi o tema da virtualidade da cidade porque quando discutimos o Plano Diretor ou quando discutimos essa ocupação da cidade, ora se discute a questão do ponto de vista físico, onde vai ficar a rua, onde vai ficar o hospital, onde vai ficar a escola, ora se discute a questão política ou a questão ecológica e humana. Como essa cidade vai tratar dos conflitos naturais que acontecem quando colocamos pessoas vivendo juntas. Isso acontece em condomínios, em vilas, em cidades e em favelas. A minha preocupação como políticos e como técnico é saber como essa cidade vai ser ocupada, e como vamos determinar essa ocupação e se isso vai influenciar na segunda parte do tema que é a questão dos conflitos. Então, quando organizamos a cidade, organizamos já pensando nas possibilidades de conflito que essa cidade vai gerar e como nós vamos resolver esses conflitos. Então, seria muito interessante se já conseguíssemos preparar as escolas, preparar os centros comunitários, preparar todo o aparelho público para receber esse tipo de demanda que é a questão dos conflitos humanos que essa cidade vai viver.

Os Planos Diretores, na minha opinião, devem levar em conta não somente a questão urbana física, mas também a questão das relações sociais. E é por isso que eu aceitei esse desafio de expor a questão da virtualidade da cidade aqui a convite do Vereador João Cabral, porque às vezes nós temos a tendência de discutir o Plano Diretor só do ponto de vista urbano, restrito a zoneamento, e essa questão humana nos preocupa muito.

Nós temos vários modelos no mundo de ocupação de cidades, ou seja, como essas cidades foram organizadas. Então, nós temos o modelo de Paris, por

exemplo, onde foram construídos grandes *Boulevards*. A classe média e a classe alta ficaram restritas a algumas zonas e os imigrantes e os pobres ficaram isolados. Bom, isso nós já conhecemos porque vivemos uma situação muito parecida aqui no Brasil em relação a isso, por outros fatores históricos, mas essa segregação aconteceu também no Brasil. Esse modelo de Paris falhou. Uma cidade maravilhosa e bonita, mas falhou. E esse conflitos nós vemos na TV de carros queimando, dessa população francesa mais oriunda dos países africanos que foram colonizados e que não consegue se integrar à cidade. Nós temos o modelo de Nova Iorque, que é um modelo de uma cidade que nasceu segregada, onde as etnias já foram colocadas de forma segregada. Então, têm os bairros italianos, os bairros orientais. Isso é uma questão de construção da sociedade americana. Todo mundo sabe que as cidades americanas, todas, Los Angeles, todas são segregadas; todas são feitas por vizinhanças de grupos étnicos. E esse modelo também não funcionou, porque é um modelo de conflito constante. Se você cresce numa vizinhança branca italiana, você vai ter competição com a vizinhança ao lado que é chinesa, oriental, e que vai ter competição com a vizinhança negra, porque as culturas são diferentes. Então, se não há integração e se você é criado diferente, vai ver o outro diferente como uma ameaça para você.

Bom, eu acho que o Plano Diretor deve discutir qual o modelo que o Rio quer. Nós já herdamos um modelo muito ruim, o modelo de segregação étnica e de renda. A cidade hoje vive um momento de violência e de problemas de trânsito, problemas de distribuição de terras. Todos os problemas possíveis que as grandes cidades possam ter, o Rio de Janeiro possui. E ainda mais com a característica geográfica de montanhas que prejudica qualquer projeto maior de transporte também por questão de custo. Nas cidades planas como Buenos Aires e Nova Iorque, o custo do Metrô, o custo de qualquer meio de transporte de massa é muito menor do que numa cidade montanhosa e com acidentes geográficos dramáticos como o Rio de Janeiro.

Essa segregação social eu acho que é o ponto principal que eu quero destacar. Nós temos grandes desafios nos Planos Diretores, em todas as grandes cidades em que há situação extrema de pobreza dos assentamentos da população de baixa renda. Como a gente vai lidar com isso, com a população de rua, a favela, o cortiço, o impacto no meio ambiente da ocupação humana? A parte que nos cabe são as políticas públicas, a criação de leis, a regularização da ocupação dos vazios urbanos, os edifícios ociosos – temos um ao lado da Câmara – o reavivar velhas políticas de reurbanização e melhoria das cidades, a questão do equipamento social e o equipamento urbano.

Hoje, a gente usa equipamento muito pouco ecológico de plástico e de materiais que não estão integrados à cidade. Precisamos discutir o tipo de equipamento, pontos de ônibus, lixeiras. Nós vamos fazer isso de uma forma uniforme? A cidade é toda igual; todas as lixeiras precisam ser iguais? É um material interessante para a cidade?

Existem projetos muito bons da UFRJ de materiais reaproveitados como madeira e papel que produzem mobiliários urbanos muito interessantes. Eu tive a honra de ser Diretor do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio durante um período curto, mas nesse período eu estimulei muito a pesquisa de materiais alternativos para a construção de mobiliário urbano.

Por fim, como podemos diminuir esse nível de conflito? A gente pensa que isso é inevitável. A gente vai colocar muita gente vivendo junto, os conflitos de vizinhança vão aparecer. Não existe solução mágica em nenhum lugar do mundo em relação a isso. Existem soluções inteligentes e existem soluções que não devem ser seguidas. Eu acho que a experiência internacional e a experiência dentro do Brasil mesmo já são suficientes para que a gente tenha subsídios para discutir essa ocupação.

O que nós temos de novo no mundo que nós podemos observar e trazer para o Rio de Janeiro? Na área de educação, por exemplo, existem experiências como a sala de solução de conflitos. Isso é uma coisa muito interessante que já nos Estados Unidos e em algumas cidades de São Paulo está sendo testada. As escolas produzem salas em que os alunos e professores são convidados a, quinzenalmente, irem para resolver os seus conflitos. Então, há psicólogos da escola, almofadões, um ambiente descontraído onde todo mundo senta e começa a discutir, eliminando já no início brigas, formação de gangues, as disputas internas. Isso vai acontecer sempre, mas diminuindo o impacto disso. Com isso se diminuiu muito o nível de agressão a professores, diminuiu muito a violência na comunidade, diminuiu muito a forma como esses jovens se organizam. Essa experiência da sala de solução de conflitos é uma sugestão interessante para a Secretaria de Educação. Isso já é uma experiência internacional e que a gente pode utilizar para diminuir a ociosidade principalmente em segmentos jovens da população em comunidades carentes que, por falta de atividades na escola, são jogados na rua e acabam se envolvendo na formação de gangues. A formação de gangues é uma característica de toda a sociedade. Em todas as sociedades as pessoas vão se agrupar de acordo com as suas identidades. Ou o estado começa a ajudar para que as pessoas se agrupem de forma positiva ou as pessoas vão se organizar da forma que ela encontrarem.

A outra questão é moradia; existem outras idéias muito interessantes na área de moradia. Por exemplo, existe um programa chamado 80/20 da Prefeitura de Nova York, que não é uma Lei mas, sim, um incentivo fiscal, em que todo edifício de classe média alta que destinar 20% das moradias para classes diferentes, recebe descontos no IPTU. Isso faz com que os condomínios não sejam formados por uma única classe social. E faz com que os nossos filhos possam conviver com classes e etnias diferentes. Isso é um dos fatores principais para evitar conflitos étnicos, raciais e sociais no futuro.

Hoje vemos, em Brasília, um modelo que não devemos seguir. Vemos na Barra da Tijuca acontecer a formação de gangues de jovens de classe média que querem espancar negros, nordestinos e homossexuais, pessoas diferentes, que eles nunca viram, que não fazem parte do condomínio deles, porque eles cresceram isolados socialmente. Quando eles entram na cidade, principalmente no Rio de Janeiro, uma cidade de grandes contrastes sociais e étnicos, eles enfrentam aquela realidade. Conheço garotos de dezoito, dezenove ou vinte anos que nunca viram uma pessoa de baixa renda. A escola é dentro do condomínio. A igreja é dentro do condomínio. O posto de saúde é dentro do condomínio. Ele sai, atravessa a rua e vai ao shopping freqüentado pelas pessoas do condomínio. Seria demais, até, cobrar desse jovem que ele não se espantasse, não estranhasse ao ver uma pessoa diferente. Qual é a reação que o jovem tem quando vê uma pessoa diferente? Ou ele agrega ou ele afasta. Ou ele se junta ou ele se afasta.

Então, esse Programa 80/20 da Prefeitura de Nova Iorque que dá isenção a edifícios de luxo e de classe média também é uma idéia, uma colaboração que poderíamos mencionar para que os novos zoneamentos não fossem formados por uma classe só. A grande preocupação urbanística, hoje, nos Estados Unidos, é em relação ao que chamam os garotos de condomínios. Eles chamam de “coupd e sac”, aquele finalzinho do condomínio. O condomínio constrói uma rua que não tem saída, só tem um círculo, e aqueles garotos são criados ali, só se comunicando com pessoas da sua classe: condomínios de advogados, condomínios de médicos, onde os filhos vão conviver com pessoas da mesma classe social. Todos querem proteger os filhos, todos querem isso, principalmente a classe média, que tem um certo pavor da pobreza, quer fugir disso e dar uma idéia de que está melhorando de vida. Então, não quer que o filho conviva com classes diferentes. Mas só que o filho vai conviver e vai fazer isso numa experiência diferente e ruim, à vezes.

Então, é melhor que preparemos nossos filhos. Isso é uma tarefa pessoal e de cada família, mas com o favorecimento do Estado, criando incentivos. Não é lei, não é obrigação. Pelo menos na Prefeitura de Nova Iorque não é obrigado. Mas dar uma isenção fiscal de IPTU a condomínios desses na Zona Sul, na Barra da Tijuca que favorecerem que outras classes possam entrar lá, já vai ser benefício.

Outro ponto é a questão da segurança pública. Embora a sala de solução de conflitos e o programa 80/20 possam ajudar, a questão da segurança precisa, realmente, ser trabalhada de forma integrada. Ninguém vive no país ou no estado; as pessoas vivem no município. Não adianta dizer que a polícia é estadual, que a guarda é municipal, porque o problema é da cidade, o problema é local e acontece aqui. Como ele vai ser resolvido, se temos, mais ou menos, cinco polícias e temos reclamações sobre o funcionamento de todas? Como vamos fazer se uma polícia funciona bem e vai desmobilizar as outras que funcionam mal? É como estávamos conversando sobre os hospitais. Temos um hospital que funciona bem e vai funcionar bem uma semana, porque a demanda vai ser enorme. Em quinze dias não vai funcionar melhor. Acontece a mesma coisa: como não temos condado, ou seja, não temos a divisão, nossa administração política é cidade e estado, não temos nada intermediário, não temos zonais, distritais, condados, nada, temos o desafio de municipalizar as polícias ou fazer polícias metropolitanas, que atenderiam uma determinada área.

Como ouvidor na área de direitos humanos e assistência social, eu percebo, pelo menos nas nossas estatísticas iniciais dos 100 primeiros dias de governo, que 75% da demanda é na capital. Mas temos uma demanda do interior e da Área Metropolitana também. Como tratar isso se não for através de uma integração das polícias? A experiência de núcleos integrados de polícia, assistência social, justiça e serviços públicos é a melhor em todos os níveis - internacional e nacionalmente são as poucas experiências que temos. Elas apontam para isso: núcleos integrados de polícia, justiça, assistência social e serviços públicos. O que chamam de invasão social seria isso, mas de forma integrada, de forma inteligente, com responsabilidade compartilhada.

Casado com isso, e, por fim, temos a questão dos programas de renda mínima vinculados à frequência escolar. A gente não pode imaginar que nenhum

programa social não tenha contrapartida, porque essa é a diferença entre o assistencialismo e a assistência social. Quando o estado ajuda, estimulava, provém alguma coisa, o cidadão precisa ser estimulado a responder a esse estado e ao dinheiro público de está sendo investido nele, seja através da Universidade Pública e gratuita de que os estudantes precisam... Eu sei, porque sou oriundo da Uerj, e sempre fiz muita questão de participar, na Uerj, dos projetos comunitários, porque é uma dívida, sim, porque a sociedade pagou minha universidade. Essa noção a gente passa muito pouco para a população, os agentes públicos passam muito pouco. Agora, nessa condição de ouvidor, eu observo muito como as pessoas vem... Algumas pessoas chegam lá e falam assim: “Pôxa, vocês não vão me ajudar? Como é que vou pagar minha conta de gás?” Não é só o pobre, não! As pessoas pensam, às vezes, que só os pobres pedem. Não, os ricos pedem e pedem muito. E pedem mais ainda e o custo é muito alto. O cara quer construir sua casa numa área de proteção ambiental, ele quer fazer... Então, o rico pede também, todo mundo pede. Só que a visão que as pessoas têm no estado, do papel do estado, e algumas vezes a visão que os gestores, por questões eleitorais e políticas fazem do estado, dificulta qualquer Administração Pública, porque você está lidando com uma clientela que, de quatro em quatro anos, recebe informações diferentes sobre como proceder. E as pessoas que iam buscar cesta básica, hoje encontram uma possibilidade de treinamento de trabalho; as pessoas que iam buscar o enxoval para o casamento, hoje recebem uma proposta para fazer um curso para conseguir uma profissão, para que tenham dinheiro para comprar um enxoval quando precisarem. Não que o estado tenha que fornecer isso. Então, é o estado que estimula as pessoas, a independência das pessoas e não a dependência das pessoas, por questões políticas eleitorais. Esse é o estado de que precisamos.

Eu queria encerrar minha falação dizendo que é muito complicado falar de direitos humanos hoje em dia. Existe uma resistência grande da classe média, por “n” fatores: fatores sociais, históricos, políticos, conjunturais. Tenho trocado a expressão “direitos humanos” por “defesa da vida e prevenção da violência”. Porque, na verdade, quando a gente falar de direitos humanos, a gente está falando dessa defesa, da defesa da vida, seja de quem for, e da prevenção da violência, porque, sem políticas de prevenção de violência, a gente vai cada vez gerar mais presídios, que nunca serão suficientes, nunca. A gente não tem no Brasil uma cidade que não tenha construído, pelo menos, uma cadeia, um presídio por ano, e todas encontram o mesmo problema, é impossível você imaginar... Se você faz um hospital por ano, se você faz uma escola por ano, você faz um presídio por ano, nunca dá, nunca é suficiente. Então, o sistema está gerando alguma coisa ruim, e a gente tem que analisar. O sistema está gerando menos escolas e mais presídios. O sistema que gera menos escolas e mais presídios não pode dar em boa coisa no futuro.

Hoje, a gente está vivendo os reflexos da política de acumulação de renda dos anos 70, que todo mundo chamava de milagre econômico, mas era milagre para 10% da população e foi um desastre para 90%. Foi quando a maioria das pessoas começou a migrar para as grandes cidades, por falta de oportunidade no campo, e inchar a cidade. E a cidade não tem condições. Nenhuma cidade terá condições de suprir essa demanda, é impossível, por mais que façamos. A gente estava conversando sobre isso. A gente constrói 10 conjuntos habitacionais e,

daqui a cinco anos, a gente vai ter a mesma demanda. Como não são criadas oportunidades no interior, as pessoas continuam vindo para a cidade. É lógico, eu viria, e qualquer um daqui viria também, se não houvesse trabalho. Todo mundo precisa sustentar a sua família. Se você tem um emprego, um primo que mora lá no Rio de Janeiro e oferece uma casinha, um lugar, você vai morar lá.

Para encerrar, eu queria dizer que a minha visão é que o estado tem que chegar primeiro, antes das pessoas, em qualquer lugar, na ocupação. Primeiro chega o estado, asfalta, coloca luz, eletricidade, prepara o desenvolvimento, seja para o Teleporto ou seja para a Barra da Tijuca, para qualquer lugar. O estado fez isso para o Teleporto; o estado, o município fez isso, calçou, colocou estacionamento subterrâneo, água, luz, esperando as empresas chegarem. A mesma coisa se tem que fazer com os agrupamentos humanos, o estado tem que chegar primeiro. Toda vez que as pessoas chegarem primeiro que o estado, haverá problemas sérios em todas as áreas, em educação, saúde e habitação.

O que quero trazer aqui para vocês é essa nossa preocupação quanto a de que forma o estado vai chegar; como ele vai chegar, e como vamos conseguir organizar esta cidade, em defesa da vida e fazendo uma correta prevenção da violência.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) - Obrigado, Dr. Marcos.

Está presente entre nós José Artur de Oliveira, representando o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste e, representando a Secretaria de Urbanismo, o assessor dessa Secretaria, Dr. Sidney Menezes.

O tema escolhido para a Dra. Ana Corrêa, Presidente de Honra do Comitê de Solidariedade e Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil, é sobre controle da natalidade e habitação. Dra. Ana, o microfone é todo seu.

A SRA. ANA CORRÊA - Bom-dia.! Eu não estou muito habituada com esse ritual, é a primeira vez que venho aqui, exatamente como o Marco. Participei de muita coisa lá fora, mas aqui é a primeira vez que venho. Realmente eu não estava preparada para fazer algo como um discurso. Com a falação do Marco, eu concordo em gênero, número e grau.

Em primeiro lugar, estou aqui representando uma ONG formada a partir do chamado do Betinho, em 1993, por funcionários do Banco do Brasil. Em função de a gente estar num prédio grande, a gente conseguiu, apesar de todas as perseguições internas contra esse tipo de agrupamento, não favorecendo-o, a gente conseguiu continuar viva em dois prédios do Banco, no Andaraí e aqui na cidade. Sou representante do Comitê do Andaraí.

A gente trabalha diretamente com as pessoas, e a questão da moradia é o que mais afeta a efetivação de nossa ação. A gente trabalha com famílias da ponta mais infinitamente pobre da sociedade e lida com pessoas doentes, pessoas que não têm renda para ter onde morar e se encontram nessa situação que todos conhecem. Por conta desse nosso trabalho e de algumas interfaces com assessores do Vereador, na verdade, estamos muito preocupados com a questão da construção de algum espaço decente para essas pessoas morarem. E

como se está discutindo isso aqui, a gente aceitou o convite para vir participar. O que a gente percebe é que - o Marco tem toda a razão - a questão da ocupação urbana tem que passar primeiro pelo estado, para que seja preparado o local para depois as pessoas ocuparem.

Estou falando sobre algo pequeno, não estou falando sobre uma coisa grande, porque não acredito em cidadãos tendo ações grandes. Penso que as grandes ações devam ser do estado. Os cidadãos têm que se organizar em pequenas instituições, e essas instituições, sim, acabam sendo efetivas. Acho que as grandes instituições no terceiro setor são meras empresas de gerar empregos para a classe média. Esta é a visão que o Comitê tem. A gente acha que a classe média, quando se organiza em instituições para exercer a sua cidadania, tem que se organizar de forma pequena, para poder ter controle do trabalho que faz.

Além desse trabalho direto com famílias, que a questão da moradia é uma preocupação grande da gente, a gente tem um trabalho de parcerias com diversas instituições. E essa parceria nos leva a ver que também o discurso do Marcos está correto. A questão da ação preventiva, para depois não termos que estar fazendo presídios nas cidades, é fundamental. A gente tem exemplo de um trabalho comunitário, no Morro dos Macacos, que tem mais de 20 anos. Que não aparece na televisão, porque o Morro dos Macacos só vai para a televisão quando tem guerra de polícia e de bandido.

Agora, lá tem zilhões de pessoas que são trabalhadoras. Tem, na minha modesta opinião, a melhor Creche Comunitária do Rio de Janeiro, equiparada a qualquer creche de classe média alta, na pedagogia, que é a Creche Patinho Feliz. A creche faz um trabalho de educação real. Não é uma guarda de criança, mas sim um local onde as crianças aprendem e se preparam para a escola que elas vão frequentar. Depois tem trabalhos com adolescentes infratores, antes de eles irem para infração, o que realmente recupera os meninos. E não é só você dar tambor para bater lata, não; é você dar oportunidade para o menino ver outras coisas que o mundo tem, além de ter um tênis "Rebook" ou uma camiseta da moda. A sociedade de consumo faz com que essa juventude queira ter bens que os meninos lá da Barra, com quem eles falam, têm. Agora, se você mostra, nessas comunidades, uma outra possibilidade de vida, uma outra possibilidade de ocupação da mente, eles não viram marginais, eles não vão para o tráfico; eles escolhem ganhar menos e aprender, para serem pessoas. É uma ilusão o que se diz na televisão o tempo todo, que a meninada vai para o tráfico, porque é muito mais fácil ganhar R\$ 100 por dia ou por semana do que R\$ 380 por mês. Isso não é a realidade das comunidades. As comunidades querem trabalhar, estudar, produzir. E tem um grupo delas que sai dali por outras questões que a gente sabe, que não é só dali, comandada de outros lugares, que produz a grana do tráfico. Agora, a maioria das comunidades, se a gente der oportunidade, se organiza de uma forma produtiva e justa. O que a gente quer.

Então, eu acho que o Plano Diretor do Rio, por exemplo, ele falou uma série de coisas que eu não tenho capacidade de falar para vocês, porque a gente trabalha pequeno, não é?

Agora, uma coisa que eu sei é que Lisboa revitalizou o Centro, trazendo os estudantes para morar nos prédios antigos do Centro. Por quê? Porque, se você abre os prédios antigos no Centro das Metrópoles para toda a sociedade, o que é que acontece? Vão vir muitos idosos, e você não bota a questão da

mobilidade, da alegria. Os jovens da Lapa estão aqui para provar. A Lapa, há uns 15 anos, era um horror, era um lugar de travesti, bandido, assaltante, etc., e hoje a Lapa é um lugar que a Zona Norte e Zona Sul, todo mundo, se confraternizam e se encontram a preços que a meninada pode participar, na alegria, e não na violência. Então, eu acho que a Lapa é um exemplo disso. Então, a proposta que me passa é que essa Comissão comece a dar uma olhada no que aconteceu em Lisboa. Porque Lisboa foi assim, foi para estudantes; transformaram e, com isso, revitalizaram, porque vieram casais jovens, vieram as crianças, as praças começaram a ser ocupadas, e a gente não ficou com esse espaço enorme que a gente tem aqui, vazio nos finais de semana, que é uma delícia de andar, porque não tem barulho, etc., mas que é morto. Nós temos muitos prédios, aqui, desocupados, que poderiam ir por esse caminho.

Agora, quanto às pessoas de baixa renda, eu acho que é essencial que se faça... Porque não adianta querer trazê-las para o todo da metrópole, a não ser fazendo 80/20 desses, porque elas não têm nem emprego. Então, elas moram nesses barracos e depois vão melhorando um pouquinho, por conta de biscates, etc., porque não é trabalho. Quer dizer, há que se criar trabalho com essas pessoas. Capacitar é correto, mas há que se criar trabalho. Essa sociedade que a gente tem não gera emprego, gera concentração de renda e exclusão; quer dizer, onde ela teria que estar agindo, que era criando trabalho, ela não consegue.

E quando ele diz sobre a questão do benefício da bolsa escola, bolsa família, cheque cidadão, ou seja lá o que for, tem alguma contrapartida? Tem, sim, porque já o cancionista popular diz: “Mas doutor uma esmola para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. E é o que acontece, sim. No nosso trabalho, a gente quer contrapartida, sim. Contrapartida de crescimento deles, de cidadania. A gente é solidário com eles, diz o nosso nome, mas exige dele uma contrapartida de cidadania. Em cada trabalho, de uma forma. Nas parcerias, na melhoria da qualidade do ensino, porque essas parcerias que a gente estabelece são com reforço escolar e creches nas comunidades. E no nosso trabalho, na melhora da família. A gente espera, quando eles são beneficiados... Os nossos assistidos são oriundos do Hospital Municipal Jesus, são famílias de baixíssima renda, com crianças com doenças, às vezes, insolúveis, mas a gente tenta resgatá-los para a sociedade, de uma maneira que eles se tornem realmente cidadãos, através da educação e da capacitação. E eu acho que é isso que a gente tem que falar.

Não vou tomar mais o tempo de vocês, não.

O que me assusta, gente, é a quantidade de pessoas que está nesta Audiência para discutir o Plano Diretor. Isso me assusta muito, porque os estudantes vêm até por interesse de formação, mas eles não estão aqui como cidadãos, lutando pelas coisas em que eles acreditam. A gente veio também. Quer dizer: cadê a população do Rio de Janeiro, que vive reclamando do governo e dos políticos? Eu entendo a política como o mar. Eu fiz política a minha vida toda e, quando completei 30 anos fazendo política - movimento estudantil, movimento dos professores, movimento bancário - eu digo: “Bem, agora me aposentei. Eu vou fazer trabalho de cidadania”. E me aposentei. Cheguei para o sindicato e disse assim: “Estou fora, agora eu já estou velha, e outros que venham”. E fui fazer o trabalho de cidadania.

Agora, cadê essa turma toda que está querendo um mundo melhor? Porque esse plano é fundamental, aqui vai se decidir como o Rio vai continuar crescendo, ou como ele vai continuar explodindo.

É o que eu tenho para falar.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) - Obrigada, Dra. Ana.
Representando o Vereador Prof. Célio Lupparelli, a Sra. Eliane Junqueira.

A SRA. ELIANE JUNQUEIRA – Bom-dia a todos.

O Vereador Prof. Célio Lupparelli não pôde comparecer à Audiência de hoje. Ele tem comparecido às demais Audiências e apresentando propostas. Pediu, então, que em nome dele eu fizesse a justificativa. Ele está com o Prefeito hoje, numa reunião com Secretários e por esse motivo não está aqui. Ele tem algumas recomendações que basicamente dizem respeito à integração das políticas sociais em relação a esse tema, e eu vou lê-las.

(LENDO)

“a) Implementação de ações sociais de caráter preventivo, visando proteger e atender aos cidadãos, através das diversas áreas: saúde, educação, esporte e lazer, Segurança Pública, desarmamento, violência doméstica e outras.

b) Fortalecimento e integração das diversas políticas sociais e dos diversos Conselhos Municipais da Área Social (Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outros), visando á racionalização dos recursos e à implementação de projetos articulados voltados para atendimento a todo o cidadão.

c) Incentivo à parceria com o setor privado para apoio às políticas, programas e projetos sociais voltados para o desenvolvimento social.

d) Implementação da rede municipal de proteção e defesa do cidadão.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Eu que agradeço a você.

Representando o Vereador Rubens Andrade, a sua assessora, Sra. Letícia Hazan.

A SRA. LETÍCIA HAZAN – Bom-dia.

O Vereador Rubens Andrade é muito interessado em todas essas Audiências Públicas porque fazemos um trabalho sobre as opiniões das pessoas que comparecem. Hoje ele não pôde comparecer e me pediu para representá-lo. Sou assessora dele há muito tempo, e trabalhei na Prefeitura. Sou arquiteta urbanista.

Quando vejo um programa como esse, acho que não sei mais nada, não sei o que vou falar, porque a gente tem tanta informação, trabalhou tão constrangida durante tantos anos; tínhamos umas equipes boas de profissionais, lutávamos, fazíamos bolsas de estudo... ganhei duas bolsas de estudos no exterior – na Itália e na França –; mas, quando chegam a burocracia, a amarração, as dificuldades de se chegar ao poder. É uma coisa difícil, com trabalhos perdidos; a quantidade

de trabalhos que a gente faz, por que se interessa. E a gente mesmo faz uma corrente entre os próprios colegas para ver se salva alguma coisa. Digo que, durante muitos anos, trabalhei com uma equipe não deixando fazer barbaridades nesta cidade.

Esta cidade não tem um sistema de planejamento. É a coisa mais absurda que existe. No Plano Diretor que já tem seus 15 anos –, está lá a nossa equipe –, a gente estudou e ajudou a criar um sistema de planejamento para integrar as ações do governo. Não adianta, porque isso não interessa a ninguém: que você tenha um programa de trabalho que seja instituído no programa orçamentário vinculado ao Orçamento para fazer isso e aquilo... A Prefeitura tem que prever e prover; prever para dizer o que vai ser desta cidade; e prover aqueles atendimentos das ações correntes, porque hospital tem que ter funcionário, tem que funcionar, essas coisas todas... e tudo é tão difícil...

Quando me formei, fiz um curso de um ano, na Fundação Oswaldo Cruz, para planejamento de unidades médico-sociais. A primeira coisa, para se trabalhar com saúde, é ter um planejamento para as pessoas saberem para onde vão; por exemplo: está com calo inflamado, não é para ir ao Miguel Couto; há certos hospitais a que não pode chegar um pedestre, tem que chegar vindo de uma outra unidade que não tem recursos para atendê-lo. Fico impressionada, porque isso fiz há 30 anos, e até hoje não se consegue...

Acho que um dos grandes problemas são essas entidades dos políticos, porque implantam um centro de assistência e, ali perto, não se pode botar uma dependência de saúde para atender às pessoas. Há certos atendimentos que se pode fazer em uma casa alugada, um atendimento imediato nos bairros. Alugam-se casas, colocam-se três, quatro consultórios... Mas, tudo isso é muito difícil. Sem esse sistema de planejamento, quem estuda urbanismo fica na maior dificuldade. Como se vai resolver isso?

Transporte, direitos humanos... O sistema de transporte desta cidade deveria ser atacado, porque os ônibus da zona oeste são uma vergonha! Tenho um parecer da CET-Rio, de uma denúncia que fizemos de um ônibus... A minha filha fez concurso para arquiteta da Prefeitura, está trabalhando em Campo Grande; ela sai da zona sul e leva duas horas e meia para ir e duas horas e meia para voltar. As pessoas andam em pé nos ônibus; se você segura em um dos apoios, ele cai... Eles fizeram, lá na CET-Rio, vistoria de vários desses ônibus e constataram que os veículos não têm extintores de incêndios. Em caso de acidente, as janelas não saem, porque não funcionam aquelas manivelas. Pura fantasia.

Então, ficamos sabendo sempre dessas ocorrências, que são ocorrências menores que não deviam existir. E a gente pergunta: o que vamos fazer nesta cidade?

Quando comecei a trabalhar – trabalhei como estagiária na época do Carlos Lacerda, quando ele quis remover as favelas. Eu aproveitei muito daquele trabalho, porque íamos nas favelas com assistentes sociais que tinham feito trabalho em outros países, todo mundo queria ser removido – as mulheres. Os homens é que faziam pé firme, porque, naquela época, as Leis Trabalhistas empregavam mão-de-obra não-especializada, e não ficavam com empregado mais do que nove meses, senão teriam que pagar uma indenização caso eles completassem um ano. E as mulheres eram que trabalhavam mesmo, que

sustentavam as famílias, porque eram as lavadeiras, as diaristas, e moravam geralmente na Zona Sul, onde tinham emprego garantido por qualquer hora. Mas ficaram felicíssimos com a transferência para a Vila Aliança, que foi o primeiro núcleo que eles fizeram.

Mas era um absurdo o que tivemos que trabalhar em cima de um núcleo de 15m², uma célula de habitação. Eles ganhavam o terreno, com uma célula construída. Naquela época, éramos proibidos, como arquitetos, fiscalizar as obras, que elas eram da pior qualidade possível. Quer dizer, existe um sistema que vem de longe que o governo tapeia todo mundo – com os projetos ruins –, e a equipe sempre trabalhando em defesa do cidadão, porque uma das características dos arquitetos é ter uma mente voltada para a boa qualidade de vida das pessoas.

Em seguida, aposentei-me. Agora trabalho na Câmara, acho interessantíssimo o trabalho da Câmara. O que acontece? A cidade, uma metrópole, não pode viver sem a criação de empregos, tem que gerar empregos a vida inteira! As pessoas poderiam morar na metrópole, como nos Estados Unidos, em que, nas metrópoles, as pessoas têm grandes dificuldades, mas têm que gerar empregos. Eu conheço famílias cujos chefes nunca trabalharam, nunca tiveram emprego, nunca tiveram trabalho certo; os filhos também não estão trabalhando, já com 20 anos de idade.

Outra coisa também são os Cieps. Quando foi feito o Programa dos Cieps pelo Professor Darcy Ribeiro, fiquei entusiasmadíssima, com a idéia das crianças o dia todo na escola. Aí as pessoas diziam: “Mas, como, depois chega de noite, um casebre!” Não tem importância, eles chegam de noite almoçados, bem-tratados, vão brincar, ter espaço e tudo mais. Mas eu sou da classe média, moro na Zona Sul, e eles diziam: “Estão gastando nosso dinheiro para esses pobres!” As pessoas não entendem; agora, não querem ser agredidos. Se realmente aquele programa tivesse progredido, seriam 25 anos. Esses bandidos todos estão com 20, 25 anos de idade. Por quê? Porque eles não tiveram a acolhida por parte da classe média, por serem pobres, para ter acesso à educação.

Aliás, o Prefeito, um mérito ele tem por estar implantando boas escolas, bons colegas, com bons diretores e tal, eu acho que há um esforço na educação. Não sei se é suficiente, porque eu não conheço bem a situação.

Mas falta um planejamento regional. Todo país tem um planejamento urbano e tem um planejamento regional. Temos o Estado do Rio de Janeiro que poderia estar todo cheio de indústrias e tal, para atrair os jovens casais, muitas pessoas, com treinamento. É muito mais fácil morar numa cidade de pequeno porte. Eu vi isso na França; naquela época, era muito interessante. Se tiver planejamento, vai ter o Secretário de Transporte, Secretário de Saúde, Secretário de Assistência Social etc. eles vão discutir os problemas para fazer um programa de gestão pública, prever e prover.

Então, não tem. Tem um Projeto do Vereador Rubens Andrade rolando aí na Câmara para criar um sistema de planejamento. Não interessa a ninguém! Eu não entendo isso. Minha cabeça anda meio fechada para os entendimentos sobre o que acontece nesta cidade.

Acho uma pena, mas o Rio de Janeiro não mereceria e não merece chegar a esse ponto de estarmos perdidos. Estamos perdidos mesmo. Essa questão que o

professor falou das “cinco polícias”, acho um tremendo absurdo também. Vou reclamar de um problema de trânsito – porque eu reclamo mesmo. Eu vou lá reclamo e digo que não é assim e tal. Eu, aliás, sou conhecida por reclamar e para conhecer também. Ah, não, me dizem que quando é trânsito a gente tem que escolher um policial com chapéu branco. Aí, eu vim olhando e vi um policial com o chapéu branco e me dirigi a ele. Mas, ele me disse: “Agora, senhora, não posso atender porque acabou o meu horário de trabalho”. Que loucura, meu Deus! Cada um faz o que quer.

Então, eu acho muito interessante a existência dessa Comissão de Direitos Humanos. No começo, eu não entendia muito bem o fato dela ser tão ampla, porque ela poderia mexer em quase tudo. Agora, tem que ser bastante enfático principalmente nessa questão do planejamento, se existir e quando existir um sistema de planejamento. Depois, vamos ver o que acontece. Mas, tem que existir isso.

Vocês me desculpem. Eu sou péssima para falar. Eu fico nervosa e vou-me atropelando. Mas, eu o parabeno, vereador, por essa comissão ter feito tanto: solução de conflitos urbanos, virtualidade da cidade, remoção de favelas, controle da natalidade e habitação. Para tudo isso existem caminhos que podem minorar o sofrimento da população do Rio de Janeiro. Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Muito obrigado, Dra. Letícia.

Após a palestra de nossos amigos, a gente está num bate-papo ouvindo a opinião das pessoas, que é muito importante.

Volto a ceder a palavra ao Dr. Marco Fonseca.

O SR. MARCO FONSECA – Bom, quero falar a Letícia mas também para todo mundo em relação a essa falta de esperança e desse pessimismo. Eu, nesses últimos vinte anos, percorri da Candelária à Cinelândia em mais de 200 passeatas e, às vezes, a gente tem a sensação de que as coisas não mudam e não mudaram. Mas, elas mudaram. Nós mudamos. Aprendemos muito e a cidade também mudou. Mas, como a dinâmica da vida, as das cidades requer novos desafios a cada dia. Então, se a gente veio aqui para assistir a uma Audiência Pública para não sair daqui comprometido em fazer alguma coisa, estamos todos perdendo tempo aqui. Estamos perdendo dinheiro público porque eu sou um funcionário do Estado e vocês estão perdendo seu tempo também de trabalho.

Não é essa idéia. Não é a idéia de se vir aqui e falar, e falar, se dezenas de reuniões e eventos e não sair comprometido com alguma mudança, nem que seja pequena. A gente tem aqui reunidos pessoas do Legislativo e do Executivo, Vereadores, assessores, administradores e pessoas ligadas à sociedade civil. Como a gente vai enfrentar esse desafio, Letícia e todos, de vencer o pessimismo de ir e vir do trabalho e ver a cidade do mesmo jeito ou de forma pior ainda. O esporte, a educação, enfim, tudo parece que piora. Abre-se uma escola aqui e no outro dia a escola já está ruim também.

Então, sem essa manutenção, sem lutar a cada dia, e não basta ter sido só nos últimos vinte anos. A gente tem que matar um leão por dia e seguir lutando.

Isso vale tanto para a nossa vida pessoal quanto na profissional e na sentimental. A gente não se aposenta nunca de nada.

Quando a Ana aqui falou que ela deixou de fazer atividade política para passar para outra atividade, eu gostaria de dizer que você, Ana, continua fazendo política muito bem. É uma política de melhor qualidade inclusive. Às vezes a gente perde tempo em partidos e sindicatos e em organizações e a gente não sente um retorno do nosso tempo e do nosso trabalho.

A gente tem duas opções: ou a gente continua ali, naquele grupo, ou a gente procura saídas: É como naquela história do patinho feio: de repente, você é um patinho feio naquela organização e você procura achar a sua turma. Eu já passei por “n” experiências em que eu me senti deslocado e dizia: “Eu não pertencço a esse grupo”. Há aqui pessoas, inclusive, que sabem disso. E eu vou procurar o meu grupo. Eu vou procurar quem pensa como eu, quem está a fim de fazer coisas, porque eu acho que a atividade política é isso que a Ana fala. A atividade política é uma atividade de reunir pessoas para fazer coisas. Se a gente não fizer coisas, a gente não está fazendo política. A gente está perdendo o nosso tempo e o das pessoas.

Sobre a cidade, eu acho que essa cidade, como Roma, como outras grandes cidades, tornou-se “mega” para administrar, que nenhum Prefeito, nenhum gestor vai conseguir satisfazer essa cidade nunca. O que se faz quando uma cidade se torna “mega”? A gente a subdivide. Lacerda fez isso criando as regiões administrativas na década de 60, parece-me que foi em 65, quando eu nasci. Depois o Prefeito Cesar Maia fez isso criando as Subprefeituras e desmembrando um pouco o poder. Mas ainda falta muito a fazer em relação a essa autonomia na área municipal.

Eu acho que a agente só conseguirá, da mesma forma que isso aqui era uma capital, e pela Lei a gente não tinha eleições... A gente só teve a primeira eleição da Cidade do Rio de Janeiro, depois do período autoritário, em 1985. Da mesma forma, as Subprefeituras e as regiões administrativas precisam de mais poder. Elas precisam, na minha opinião, até de eleições diretas para Subprefeitos e de desmembrar essa cidade, do ponto de vista administrativo, para fazer com que esses Subprefeitos, que realmente entendem isso, que vêm da comunidade, que eles possam resolver os problemas.

Eu acho que é inadmissível uma cidade com mais de 8 milhões de habitantes, com uma Região Metropolitana. Ou o estabelecimento como a Audiência de um governo metropolitano. Já se discutiu a questão da Cidade-Estado, como isso pode acontecer. O Rio de Janeiro sempre foi uma Cidade-Estado. Hoje, a Área Portuária, que a Ana citou e a Letícia também destacou sobre o abandono dessa parte da cidade... O grande problema de urbanização de Área Portuária é que nós temos, aqui no Rio de Janeiro, ainda, a herança da capital. Muita coisa pertence ao Governo Federal e a gente não pode fazer nada; outras pertencem ao estado. O Teatro Municipal pertence ao estado. O Estádio Municipal pertence ao estado. Talvez seja a única cidade do mundo em que o Teatro Municipal pertença ao estado. E o Estádio Municipal do Maracanã também administrado pelo estado. Então, não se trata do que é estadual ou municipal. É só para a gente refletir que essa é uma cidade partida. É uma cidade que pertence parte a um grupo, parte a outro. Existem áreas privilegiadas

do bem e do mal. E como discutir Plano Diretor numa cidade como o Rio de Janeiro? É um desafio quase que inacreditável se discutir Plano Diretor.

Agora, o que eu queria dizer é o seguinte: se a gente não fizer um pacto aqui fica difícil. E essa é a convocação que eu faço, que a gente se comprometa com o Plano Diretor, que já tem 15 anos mas que é um adolescente ainda em relação às outras cidades do mundo, que começaram a discutir urbanização e ocupação do solo no século passado, no começo do século passado. A gente começou a discutir isso há 15 anos. Existem cidades do Estado do Rio que nem isso fizeram ainda.

Então, o que eu peço, o que eu espero, o que eu proponho é que a gente saia daqui com um compromisso, sejam os estudantes, sejam os gestores, seja o Poder Legislativo. Que a gente tenha um compromisso de pensar essa cidade.

E a questão do “cumpra-se” é vital. Mas vai depender, também, da nossa capacidade de mobilização e de articulação. Nós não estaríamos, aqui, discutindo o Plano Diretor se pessoas como a Ana não estivessem naquelas passeatas lá fora. Com certeza não estaríamos discutindo isso.

A Democracia só funciona – e ainda bem – com pressão. Só os grupos de pressão, sejam eles políticos, sindicais, comunitários, só com eles se articulando nós conseguiremos que isso funcione. A gente vai conseguir que os políticos trabalhem, a gente vai conseguir que os Vereadores compareçam às reuniões das Comissões, nós vamos conseguir com que os funcionários municipais tratem melhor as pessoas, nós vamos conseguir com que toda a máquina estatal funcione melhor, sem pressão, seja da mídia ou política, isso não vai acontecer.

Cada um que está aqui pode ser um agente multiplicador dessa consciência da nova cidade. Eu sou, Letícia, muito otimista, apesar das 20 passeatas pela Av. Rio Branco, sou muito otimista porque sei que nós ao poucos estamos avançando pelo menos nos espaços públicos e nos governos. Esse pensamento de que é preciso fazer alguma coisa, está avançando. Agora, é um conflito de forças. Todas as forças, poderes, monopólios, todos se mobilizam. Eu sempre falei isso. Os empresários se reúnem e isso não é feio. Um grupo de moradores se reúne, ah, isso é um problema político. Não é, todo o mundo tem o direito de se organizar. Isso não é conspiração. Acho que todo o mundo tem o direito de se organizar.

Sobre a questão do fortalecimento da Subprefeitura, eu queria só finalizar dizendo que a essas Subprefeituras não basta também dar poder a um Subprefeito que seja o cacique local, mas essas Subprefeituras precisam ser equipadas com aquela minha preocupação inicial de juntar aí justiça, assistência social, segurança pública.

Essa Subprefeitura poderia ser o espaço desses grupos atuando, do Poder Público atuando nessas comunidades. Sem assistência social casada com justiça e casada com a preocupação de defesa da vida, nós não vamos conseguir que essas ações isoladas funcionem; só as questões articuladas.

Essa Comissão de Direitos Humanos da Câmara vai passar a integrar – e fiz esse convite ao Vereador – e nós tivemos um grande desafio, não tínhamos Ouvidoria; foi criada agora em janeiro. Nós estamos estabelecendo uma Ouvidoria, a nível de estado, em que nós queremos trazer para o nosso sistema, a nossa Intranet, os 92 municípios e as Comissões de Direitos Humanos da Alerj e das Câmaras Municipais, porque na elaboração do Orçamento se vocês não

têm acesso à Câmara, não têm acesso às demandas da população, e elas chegam muito através das Ouvidorias, você não tem o subsídio ou faz na base do chute, da vantagem política local. Mas se você tem esse subsídio, sabe que, por exemplo, o Rio de Janeiro recebe um número altíssimo – 75% do Disque-Idoso, por exemplo, é de maus tratos com o idoso, se você tem esses dados estatísticos, pode gerar políticas para idoso na cidade.

Se você tem dados em relação ao extermínio de homossexuais na Baixada Fluminense, se têm dados sobre espancamento de mulheres, você pode estabelecer Políticas Públicas de prevenção à violência. Sem essas informações que, hoje, os municípios não possuem, porque eu encontrei todos os sistemas de teleatendimento desmenbrados e desarticulados sem comunicação entre eles e, hoje, nós estamos fazendo um Centro Estadual de Teleatendimento para reunir todos os disques da área social em um só lugar, para que todas as informações entrem nesse sistema metropolitano de gestão de Ouvidoria e para que todas as Assembléias, todas as Câmaras Municipais e Comissões de Justiça, de Direitos Humanos, da Infância e do Adolescente e Idoso, elas tenham acesso a essas informações. Não é tudo; é a parte que nós podemos fazer, que é organizar as informações para que sejam utilizadas. O Poder Executivo tem as limitações e atribuições. Cabe ao estado constitucionalmente treinar, monitorar, supervisionar as Políticas Públicas. Cabe aos municípios aplicar essas Políticas Públicas.

Então, para que o Orçamento – e isso aí é uma fiscalização, uma questão que vocês precisam fiscalizar na hora em que o Orçamento estiver sendo discutido aqui. Na hora em que o Orçamento estiver sendo discutido vocês também vão ter acesso a essas informações e vão dizer por que o Rio de Janeiro tem tanto caso de espancamento de mulheres e tanto caso de maus tratos de idosos e tão pouca verba para combater essas questões. Então, a população, através de um sistema aberto também na *Internet*, vai poder consultar e saber e ter acesso a essas estatísticas para que as comunidades, as organizações, os políticos também possam ser bem orientados. Essa a nossa colaboração de informações para que as Comissões de Direitos Humanos possam trabalhar de forma mais eficiente. E que a gente saia daqui com compromisso de fiscalizar quem é pago para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Muito obrigado mais uma vez.

Acusamos o recebimento de Mensagem de Congratulações parabenizando essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara do nobre Vereador Sami Jorge.

Nós temos algumas pessoas que se inscreveram para falar. Então vou passar a palavra ao assessor do Dr. Nelson Ferreira que não pode estar presente, o Sr. Lúcio Lédio, posteriormente Dr. Carlos Alberto.

O SR. LÚCIO LÉDIO – Inicialmente gostaria de parabenizar à Casa por essa Audiência Pública em nome do Vereador Dr. Nelson Ferreira, infelizmente em decorrência de um compromisso não pode estar presente e pediu que eu o representasse e passasse algumas idéias que ele tem acerca dos direitos humanos e do Plano Diretor.

Antes de começar a fala vou lembrar uma historinha. Acho que todo mundo conhece a história em que: havia um incêndio numa floresta e um passarinho vinha com algumas gotinhas d'água e jogava na floresta. E o elefante pergunta ao passarinho, mas com tamanho fogo você não vai conseguir apagar esse fogo com algumas gotinhas d'água? E o passarinho responde: bom, eu faço a minha parte. Se cada um de nós fizer sua parte, nós vamos apagar um incêndio.

Estou falando isso por causa do engajamento. O engajamento é fundamental. Tão fundamental que concordo com a convidada que falou que a representatividade que nós temos aqui é muito pequena. É verdade. E se eu perguntasse aqui quem foi trazido pelo Professor Araújo, provavelmente quase a metade estaria levantado a mão. O Professor Araújo representa a faculdade que fala sobre Direitos Humanos, ele defende isso há muitos anos. Então, digo ao Sr. Professor Araújo que é um prazer tê-lo aqui trazendo tantos alunos da UniverCidade e sei que seu trabalho é muito sério, tanto é que eu participo desse trabalho.

Quanto à posição do Vereador no que diz respeito ao Disque-Direitos Humanos, direitos humanos é um direito de todos. A gente sempre vê humanos quando acontece algum fenômeno desastroso, tal como aconteceu com a morte do garoto, tal como acontece as chacinas. Então, é interesse da Comissão de Direitos Humanos não entender que Direito Humano é somente para essa situação de catástrofe. Na realidade o Direito Humano tem que ser defendido e atendido para todas as necessidades desse cidadão que sempre nos procura e muitas vezes nós não temos soluções. Tanto é que foi proposto a essa Casa por intermédio do Vereador Dr. Nelson Ferreira a criação dos 0800 para Comissão dos Direitos Humanos que seria uma forma de acessibilidade para aquelas que necessitam de algum tipo de atendimento por essa Casa. É um ponto que acho bastante interessante e posteriormente havendo a criação do 0800, passaremos ao senhor.

Também é de interesse do Vereador que fala-se de Direitos Humanos entender a comunidade. Vou discordar e ele também discorda com a retirada de comunidades. A comunidade é vista como uma cidade partida, que é um clássico texto acho que de 1970, não tenho certeza da data. E nesse texto se falava que havia duas cidades, uma cidade era aquela do asfalto e a outra cidade que era a cidade do morro. E nesse texto a cidade partida se visualiza a existência de uma comunidade que vive à margem de uma outra cidade, quando na realidade não existe. A comunidade que a vê e a gente enxerga ela como favela tem tanto cidadão quanto tem quando a gente olha no asfalto. Então, é posição do Vereador que as comunidades e as favelas não sejam retiradas. Muito melhor é produzir novamente projetos como o Prefeito já fez, que era o Favela-Bairro. Porque a favela, hoje, se não for um bairro, é uma cidade. Observamos, hoje, quando olhamos a Rocinha, por exemplo, que ela teria condições de ter uma administração própria. Mas por que? Talvez por erros anteriores, quando se formou aquela comunidade. Mas seria um erro muito maior, também na visão do Vereador, retirar a Rocinha dali para construir novos prédios que iriam, realmente, embelezar a cidade, sem sombra de dúvida, porque aquela localidade ali é de muito interesse econômico, mas seria um erro maior. Imaginem a pessoa que está residindo naquela comunidade carente hoje, que consegue trabalhar naquela redondeza, naqueles pequenos comércios, e retiramos aquelas pessoas

dali, para levar para onde tem espaço. Espaço, na Cidade do Rio de Janeiro, e na Zona Oeste. Aí, vamos levar para onde? Santa Cruz, Campo grande e daí para a frente. Mas essa pessoa tinha até alguma ocupação, um trabalho, mesmo informal. Muito se discute, hoje, a informalidade do emprego. Mas no momento em que se retira aquele morador da Rocinha para levar para Santa Cruz, pode ter certeza de que a ocupação dele acabou.

Então, na visão do Vereador o ideal seria novamente iniciarmos aqueles projetos que eram feitos e desenvolvidos pela Cidade do Rio de Janeiro, chamados Favela-Bairro. A partir desses novos projetos, a inclusão social efetiva, como foi falado há pouco. A inclusão social é fazer o estado funcionar como deveria. O que na verdade não poderia ter ocorrido, é ele não funcionar. É trazer o acesso à Justiça, o acesso ao emprego, à formação profissional, a capacitação dessa pessoa para a sua inclusão. Simplesmente reprogramarmos uma comunidade de um lugar para outro, acreditamos que não seja a melhor solução. Então, no entender do Vereador Néelson Ferreira, o ideal é que voltemos – e aí temos que incluir, evidentemente, no Plano Diretor – a executar o projeto chamado Favela-Bairro, ou outros projetos equivalentes, para incluir comunidades carentes no seio da sociedade, acabando com aquela idéia que existia no texto anterior, da cidade partida, a existência de duas cidades: a cidade regular, que é a cidade do asfalto, e a cidade comunidade carente. Obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Gostaria de comunicar ao Sr. Lúcio que no mandato do Vereador Fernando Gusmão foi criado o 0-800. O que falta, na realidade, e faço uma crítica à mídia, é a divulgação pela mídia desse 0-800. Há o fato de que só aparece quando tem mortes; quando é algo benéfico e de grande benefício para a sociedade, a mídia tem uma divulgação muito pequena. Mas esse 0-800 já existe. Foi um Projeto do Vereador Fernando Gusmão.

Pela ordem, o Sr. Carlos Alberto de Oliveira, Diretor-Executivo do Instituto Pró-Menor.

O SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA – Bom-dia, senhoras e senhores, sou Diretor do Instituto Pró-Menor e aluno da Universidade. Estou aqui a convite do Professor Araújo. Trabalho no terceiro setor. Quero dizer, primeiramente, que ando muito otimista em relação à nossa cidade, o Rio de Janeiro. Vejo aqui nosso amigo da Área de Direitos Humanos, o terceiro setor aqui presente. Eu também fui Delegado do Meio Ambiente em Belém do Pará. Participei da construção do Plano Diretor de lá, das questões inerentes àquele estado. E participo, junto com o Presidente do Instituto Pró-Menor, que vem a ser um ex-menino de rua, ex-interno da Febem e hoje é Oficial da Força Aérea Brasileira, do projeto por nós montado em 1982, na Base Aérea do Galeão, através do qual tirávamos os menores das ruas, levando-os para dentro dos quartéis. Naquela época, já enxergávamos que existia uma outra guerra aqui fora, muito maior, que precisava ser vencida. E ela continua e permanece até hoje. Eu viajei pelas unidades da Febem do país inteiro e só tenho visto uma coisa: os muros aumentarem e as grades ficarem mais reforçadas, infelizmente.

Então, na construção de uma cidade decente, vemos projetos maravilhosos, que passam, por exemplo, como temos aqui, por um representante dos Jogos Pan-Americanos, da Coordenadoria. com o Dr. Hilário, que está ali sentado. Eles têm um projeto que foi realizado agora, que se chama O Guia Cívico, e são 16 mil jovens que estão sendo formados. O legado que os Jogos Pan-Americanos vão deixar é muito forte, muito positivo, mas os Jogos vão passar e a gente precisa de algo consistente, permanente. A gente viu que, desde então, do advento da Lei 8.069/90, com a criação do ECA – Estatuto bem feito, bem redigido, mas precisam ser aprimoradas algumas questões. Talvez fossem ideais para a Suíça alguns pontos, não para o Brasil. Nós vemos a questão do nosso Aeroporto Santos Dumont, do Aeroporto Internacional do Galeão... com a chegada dos Jogos Pan-Americanos, temos milhares de jovens ali que estão engraxando, pedindo, querendo uma oportunidade. A sociedade está vendo, os turistas que estão chegando estão vendo, e não têm sido tomadas medidas decentes. Tivemos, agora, um projeto chamado Asas do Futuro, que tinha R\$ 1,2 milhão de recursos previstos, só para o Aeroporto Santos Dumont, que foi feito em parceria com a Prefeitura e com a Ifraero. Infraero se dispôs, chegou junto e está lá. Temos, hoje, o problema das gangues que estão tomando conta do Aeroporto Internacional do Galeão. Temos lá o nosso Superintendente, o Dr. Azambuja, e ele tem convocado as pessoas para buscar uma solução. Então, temos, na Cidade do Rio de Janeiro, questões profundas e sérias. Temos a questão das favelas, desses jovens que estão lá, um número crescente, cada vez mais, de jovens se iniciando no tráfico como uma carreira, como meio de obter o ganho, e as pessoas vêm apenas com solução paliativa. Dias atrás, estive em uma comunidade chamada Cesarão, conversando com jovens. Todos eles com seus fuzis, suas pistolas. Eles falaram assim, para mim: “Ninguém olha para a gente. Só que a gente vai descer, a gente vai chegar, e a gente está chegando mais perto. A gente vai chegar. O Palácio está lá, o Governador não olha. A Prefeitura está lá, as pessoas não olham”. Uma ausência constante do Poder Público. Não chegam a 1.000 as crianças que temos nas ruas do Rio de Janeiro, do Méier a Copacabana, e temos, hoje, mais de 1.000 ONGs do Méier a Copacabana. Se cada uma pegasse unzinho, não tinha nenhum na rua. E vem o Governo com a preocupação, com a chegada dos Jogos, de tirar os jovens das ruas. Bem, então, temos que criar medidas e projetos sérios, um Plano Diretor profundo, sério. É muito importante. A gente tem mecanismos bons aqui, no Rio de Janeiro. Eu participei de um curso de gestão pública, no Lidera Rio, com o Sebrae e a Caixa Econômica. Eles têm excelentes projetos lá e deviam estar participando aqui, em conjunto, para opinar sobre esses projetos. A Caixa Econômica, na questão da habitação, pode ajudar muito. Nós temos, aqui, o controle da natalidade. Tudo isso passa pela educação fundamental. O nosso Governo, hoje, prefere gastar uma *per capita* de, mais ou menos, 1.200 dólares com cada jovem dentro da Febem, no Padre Severino, e não quer gastar R\$ 300,00 senhoras e senhores, com a educação fundamental. As creches não recebem os convênios. O nosso Vereador João Cabral apóia alguns projetos, porque tem creche lá da Bete, em Ramos, Bonsucesso etc., e as creches ficaram abandonadas. As comunidades estão sem um representante legal. Não um representante e alguns líderes comunitários, que, infelizmente, só aparecem em época de eleição, o que para mim é uma praga, pois só pensam em si próprios e esquecem da sua própria

comunidade, das suas origens. Nós temos que colocar que é mais importante que esses jovens passem a ver o bom padeiro, o bom jornalista, bom policial como profissões honrosas e honestas, não o meio do tráfico, o meio mais curto para que eles possam ganhar notoriedade. A mídia vem e coloca isso forte para eles, e eles colocam Beira-Mar como ídolo. Errado! Nós temos bons padeiros, bons médicos. É um orgulho ser isso também.

Então, acredito que, na nossa sociedade, nós precisamos ter mais apoio. A Secretaria Nacional de Segurança, que está representada ali, pelo nosso amigo, com os Jogos Pan-Americanos, a partir de agosto, essa equipe todinha, que está fazendo um belíssimo trabalho, vai embora. Então, haveria necessidade de buscar apoio com a Secretaria Nacional de Segurança, que tem verba, tem recursos. Apoio maior para o terceiro setor. E implantar políticas mais sérias dentro das comunidades, com um olhar mais clínico em relação às comunidades. Como a nossa amiga ali disse, o Morro dos Macacos não tem apenas bandidos, tem também bons projetos, tem boa creche-padrão, isso em várias comunidades. Pouco tempo atrás, eu estava com o Dr. Paulo Scaff, da Fiesp, em São Paulo, conversando e ele me perguntou qual seria a questão do Rio. Eu falei: “A questão do Rio é o abandono do Poder Público, de um certo ponto de vista!” Nós temos ONGs do Rio de Janeiro que vão à Fiesp buscar recursos para fazer projetos aqui. Temos aqui a Firjan, temos no Conselho de Responsabilidade Social o Dr. Luís Chor, Vice-Presidente do Conselho da Firjan, que deveria estar aqui, envolvido profundamente. E a Associação Comercial, na figura do Dr. Olavo Monteiro, que a representa bastante.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – E foram convidados...

O SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA – Exatamente! Devemos estar todos empenhados nesse Plano Diretor, porque a coisa não é tão simples assim. Não é só levantar um muro e dividir a Barra do resto da cidade! A solução é inclusão social, senhoras e senhores! Não é levantar um muro e fazer uma quadra no morro para os garotos ficarem jogando lá no morro, vivendo somente naquele mundo lá. Inclusão, em minha opinião, é juntar as duas partes, com temos projetos lá na Ilha do Governador, em que os garotos saem da comunidade e vão jogar bola lá na Scaer, e aí participam daquela vida, passam a ter outros valores.

A gente tem que se empenhar muito nisso. A questão do aeroporto é séria! Quando a gente fala da população de rua, o advento da Lei nº 8.069 dificultou a questão dos abrigos que, infelizmente, são em número cada vez menor. A Convenção Batista Carioca tem uma área imensa, em Campo Grande, e não tem apoio, uma área com mais de 10 casas, mais de quatro galpões! E não tem apoio, as oficinas estão lá, abandonadas, porque se eles aumentam o número de jovens, terão que contratar mais mão-de-obra, e contratar mais mão-de-obra fica oneroso para eles, que não têm recursos para bancar. E eles têm espaço! Há berçários lá, berçários lindos, novinhos, prontinhos para receber a comunidade!

A questão é a gente ir fundo, criar um fórum permanente para debater isso constantemente, e não somente para a elaboração do Plano, mas continuamente, para a gente ter soluções, não procurar somente exemplos, mas para que possamos virar modelos. É esta a minha opinião sobre tudo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Obrigado. Quando você falou de engraxates, eu me lembrei de que algumas coisas positivas têm que ser faladas. Às vezes, não basta você fazer, é preciso divulgar o que fez. Na gestão do Vereador Ivan Moreira como Secretário, ele criou aqui na Câmara, vocês devem ter percebido, na entrada, três cadeiras de engraxate, fixas, e tem uma rotatividade de funcionários ali, que não são funcionários da Câmara, mas é um espaço cedido para eles, que trabalham ali, fixos, o que é muito melhor. Por que nos aeroportos, tanto no Santos Dumont, quanto no Antônio Carlos Jobim, não podem ceder uma área para que as pessoas sejam ali colocadas, em vez de ficarem andando pelo aeroporto todo com aquela caixinha, sendo discriminados? São detalhezinhos com que se vai criar uma renda para essas pessoas, dignificando-as, que é o mais importante.

Quero passar a palavra para o Sr. Jorge Dolinger, Presidente da Câmara Comunitária do Flamengo, Catete e Glória. O microfone está à sua disposição.

O SR. JORGE DOLINGER – Bom-dia a todos, ao Sr. Presidente, a todos da Mesa. Por acaso, Vereador João Cabral, é muito interessante como a vida faz as coisas. Eu vim cortar o cabelo aqui e estava ouvindo esse Debate. Eu não havia sido informado pela Câmara sobre esta reunião, mas tenho participado das Comissões aqui. Eu estava cortando o cabelo e ouvi “Lapa”. Aí ouvi a voz dessa companheira antiga, pode-se dizer assim. Isso me despertou e eu vim saber o que estava acontecendo, até porque quando a gente está envolvido na questão social da cidade, apesar do companheiro ter falado sobre a questão dos cabos eleitorais de comunidade, como a gente está falando sobre a questão dos direitos humanos, esse é um meio também das pessoas ganharem, mas também às vezes isso atrapalha os processos comunitários. De um ponto ele tem razão, no outro não podemos ter, fazer discriminação. Eu acho que cada um, hoje, está tentando fazer o melhor pela cidade, porque se fizer o contrário vai acabar a cidade, pois a questão social está um horror.

Um dia desses, eu estava discutindo com o pessoal do Leblon, por que não se coloca uma faixa ali, entre o Hospital Miguel Couto e a boca do túnel. Você não votou nele? Agora atura o trânsito! Ninguém consegue andar na cidade. Isso é uma realidade: todo dia, a cidade está estrangulada, ninguém consegue andar em lugar nenhum, mas ninguém se mobiliza.

Eu ouvi outro assunto, aqui sobre a questão de mobilizar. É muito difícil, hoje, mobilizar esse número de pessoas que estão aqui. É um lucro muito grande conseguir trazer essas pessoas, hoje, nesse horário, é muita vantagem, uma vantagem incrível. Antigamente, nós víamos nos comícios na Cinelândia, na época do falecido Governador Brizola, 40 mil pessoas, 50 mil. Eu cheguei a vir a comício que tinha 50 mil pessoas. Hoje, você vem a um comício e não tem 10 pessoas em pé. Se é besteira ou não, se vai falar para o bem ou para o mal, não estou aqui para discutir isso. Estou dizendo como mobilizar é difícil, muito difícil! Nas próprias comunidades das quais a gente faz parte, para mobilizar hoje 10 pessoas, Vereador, é muito difícil. A descrença é muito grande.

Sobre a questão dos direitos humanos, eu queria dizer: a sociedade vê de uma forma uma estranha, porque toda vez que se fala de direitos humanos, você

pode pegar na rua, fazer uma pesquisa, as pessoas falam: “Ah, está lá defendendo bandido...” Nós temos a obrigação de explicar que o caminho não é esse. Mas a imprensa também não ajuda muito, não, ela é perversa. Às vezes, você vê como ela conduz os processos políticos. A imprensa faz o jogo do poder, o que é a realidade. Como é que a gente combate esse jogo do poder? Se você hoje fala numa rádio, você fala para um milhão de pessoas. O RJ-TV entra no ar às 12h, daqui a pouco. Só na entrada, ele fala para mais de 1,8 milhão de pes-soas. Como é que você combate isso? Um comunitário igual a nós, como é que você briga com isso? Aí, você olha no jornal e esta um monte de juízes presos. Como é que a sociedade fica em um meio desse? Você vai cobrar dos legisladores? Sim. O legislador vai te ouvir. Para um, ele vai dar atenção, para o outro, não vai. Vai puxar uma comissão aqui, outra ali. Uns mais sérios vão até o final; outros, não. Então, fica muito difícil, para nós, comunitários, e para a sociedade debater com essa situação que aí está.

Aí se falou da Lapa. Eu queria até dizer uma coisa: nada mudou na Lapa durante 40 anos. Uma sociedade burguesa da Zona Sul, que veio para um lugar que precisa de uma infra-estrutura urgente: social, econômica, tudo. Tudo! Porque o esgoto arrebenta na rua, tem criança na rua, vendem-se drogas a torto e a direito para a burguesia da Zona Sul... Vendem-se mesmo, todo mundo sabe disso. Vão para lá e encham a cara de cerveja, encham a cara de droga e fica aquele bando de drogados, essa é a realidade. Agora, as pessoas podem chegar aqui e ficar com hipocrisia de dizer que não. Eu sou de lá, nascido e criado naquela área. Todo mundo me conhece ali. Isso é uma realidade, é o que acontece. Até os próprios parlamentares locais dali - Vereador, me desculpe - não acrescentam nada para melhorar. A Lapa é um espelho, hoje, para o Brasil.

A Lapa não merece o que estão fazendo com ela. É um ponto cultural da cidade importantíssimo. Eu acho que só pintaram os Arcos da Lapa no Governo do Marcello Alencar, quando fizeram aquela praça ali no meio. Depois, não fizeram mais nada, depois do Luiz Paulo Corrêa da Rocha, hoje Deputado Estadual. Não fizeram mais nada! As questões culturais ali, para mim, são um meio de ganhar dinheiro, porque você não vê programas sociais implantados naqueles projetos... Posso estar enganado, haver alguns avanços, uns aqui, outros que não avançam ali. Como estamos falando de Subprefeitura, ninguém fortaleceu mais a Subprefeitura do que o Prefeito Cesar Maia. Isso é uma realidade. Fortaleceu, mas não é só fortalecer, ela tem que desenvolver. Pega um burguesinho que mora na Barra para botar no Centro da Cidade. Não tem como! As pessoas têm que entender que a integração dos bairros tem que ser junto com as pessoas que moram no próprio bairro. Não adianta você, que mora na Barra, viver no Centro, na Zona Sul. São muito difíceis as coisas. O governo tem que ter responsabilidade sobre essas questões. Você vê, um governo que não se reúne mais com as comunidades... Há quanto tempo o Cesar Maia não se reúne mais com as comunidades? Eu quero que alguém diga aqui que foi lá e viu o Cesar Maia reunido com a comunidade, discutindo algum projeto. Eu quero que alguém diga... Você não vê mais isso! O Conselho Comunitário foi exterminado. Antigamente, tinha governo itinerante, os governos iam para os bairros discutir os assuntos, para estar mais próximos da sociedade. Não se vê mais nada disso, Vereador. Então, esses são os problemas da cidade. Na questão dos idosos, como colocaram aqui claramente, avançamos? Avançamos. Criamos a

Delegacia do Idoso, a Delegacia da Mulher, avançamos com isso. Tivemos alguns avanços, mas precisamos avançar mais. Nós temos que ter mais empenho da comunidade em torno disso e isso se chama mobilização. O trato ao idoso. Você pega um ônibus ali, eu boto um cabelo branco em mim e vou ali para o ponto pedir para parar o ônibus. Ele não pára. O Governador do Estado está assumindo um trabalho imenso na questão do idoso. Espero que o Sérgio seja muito duro na questão do idoso, até porque nós vamos ser idosos, não tem outra saída... Você vai na porta do Hospital Souza Aguiar - estive lá quarta-feira da semana passada. Eu estava discutindo, ontem, sobre a questão dos judeus, e aquilo lá é uma câmara de extermínio, pois estão acabando com as pessoas, que são como qualquer um das nossas famílias, meu irmão, teu primo, meu filho, qualquer um daqui... Estão acabando com as pessoas! A referência em hospital da Zona Sul, que era o Miguel Couto, você vai lá agora... Apesar de o Secretário de Saúde ser um homem conhecido na cidade como um médico de grande importância - isso a gente não pode negar, é um homem sério e correto - espero que quando ele chegar no topo, diga: "Não dá mais para mim".

Espero que ele chegue a isso, porque não vai demorar muito, para ainda manter o respeito ao nome que ele tem. Isso é um alerta de um comunitário, que pode estar falando aqui no microfone e cuja voz pode até não chegar ao Secretário. Mas por ser desse tamanhinho e a gente conhecer a referência desse cidadão, a gente gostaria que um homem como esse não se estragasse por causa dos outros. Então, são esses os problemas que vêm acontecendo.

Eu queria falar só o finalzinho, que é sobre a questão das favelas. Remoção ou não de favela, eu acho que tem que ter critérios. Eu concordo com o companheiro, quando ele disse, sobre os projetos Favela-Bairro e Rio-Cidade, que são projetos ótimos. Avançamos muito na sociedade em relação a isso, não tenho dúvida. Foi o melhor programa social de 20 anos para cá. Isso é real, é verdade. Um projeto que melhorou muito as comunidades, mas você não pode ter, embaixo do viaduto pelo qual que passa o trem, no Caju, gente morando. Aí não dá! Você não pode estar em São Cristóvão e embaixo do viaduto ter gente morando... Não dá para urbanizar. Então, a gente tem que ter critérios, mas critérios sérios. Não é remover e tacar fogo, como tacaram fogo na favela, para depois remover as pessoas. Isso não dá certo! O governo tacar fogo? Não tem como dar certo isso, é desrespeito ao direito das pessoas. Vamos pegar áreas da cidade, mas não é pegar áreas da cidade como pegam e levar lá para Santa Cruz ou Irajá, não. Há áreas da cidade de desapropriação, para construir uma coisa decente, onde tenham transporte e saúde, infra-estrutura para o cidadão. Eu acho que nesse caminho a gente consegue avançar um pouco mais ainda do que isso, mas tem que ter a boa vontade política para se fazer, pois se nós não tivermos a boa vontade política para fazer isso... Não que a gente venha a desistir - desistir, nunca! Eles têm que entender, governo e quem senta na cadeira, como o senhor está sentado aí, que: ele hoje é governo; amanhã, não será mais e estará igualzinho a nós, um cidadão vindo aqui para cobrar. Acho que tem que cair na consciência de qualquer um - legislador, Prefeito da Cidade ou Governador do Estado - que não há caminho se não sentar com a comunidade; pode ser com dois ou três, mas sente, escute e faça a sua análise para o melhor, para o bem.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) - Não vai, de minha parte, nenhuma defesa ou crítica, mas não é essa a minha visão, no momento. Apenas um esclarecimento.

Todos sabemos da precariedade no atendimento à Saúde Pública. O Dr. Marcos foi muito preciso quando falou do problema da Capital do Rio de Janeiro. A Cidade do Rio de Janeiro, em todo o Brasil, é a que mais hospitais tem – Federais, Estaduais e Municipais. Os Hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, por exemplo, que eram referências... Para vocês terem uma idéia, o Miguel Couto atende, hoje, 45% de pessoas não moradoras do Rio de Janeiro. Volto a afirmar: não é uma defesa do mau atendimento, mas isso se deve à falta de hospitais mais perto de onde essas pessoas moram. Temos um trânsito caótico na cidade, e as pessoas vêm pela Av. Brasil, pegam a Perimetral, atravessam o Aterro para ir para Miguel Couto, e acabam morrendo no trânsito. Seria muito mais viável e mais digno, para o ser humano, que cada município vizinho ao Rio de Janeiro tivesse um hospital que pudesse fazer esse atendimento, ou deixasse apenas o grande atendimento para esses hospitais de referência. Isso seria o ideal, na minha opinião; o pequeno atendimento emergencial seria feito em suas próprias cidades e as grandes cirurgias seriam deslocadas para esses hospitais; para isso era o SUS. Mas infelizmente não é. O Lourenço Jorge, depois que a Linha Amarela foi criada, está atendendo 40 a 45% da população de fora do Rio. Não é discriminação, não, é pensar no bom atendimento. Senão, entra naquela frase: “Ah, é bom, então, vamos todos para lá”. Assim, ele será bom por apenas um mês; no mês seguinte, já não será bom. Se atendia 500 pessoas estará atendendo 5 mil! Não tem como o médico dar jeito...

Essa parte de respeito ao ser humano é que falta na área da saúde, por parte dos governantes. Deveria haver pelo menos um hospital em cada município vizinho que oferecesse um atendimento e não obrigasse as pessoas a virem para o Rio de Janeiro, que tem esse trânsito horrível, correndo um risco enorme de morrer dentro da ambulância. Esse é o ponto que queria esclarecer, com relação ao problema do atendimento, que é crítico em função da demanda. Ele era excelente, referência... O Dr. Márcio foi muito preciso. Parabéns!

Prof^o. Araújo, da Universidade do Rio de Janeiro, o microfone está à sua disposição.

Enquanto o senhor se encaminha, queria dizer que a Comissão de Direitos Humanos, no ano passado, realizou um convênio com a Universidade e, não só aqui na Câmara – viu, Dr. Marcos? – mas também na própria Universidade realizou o curso de Direitos Humanos e Cidadania. Um curso gratuito, sem ônus algum para a Câmara, pois a Universidade cedeu todo o material e o professor, foi freqüentado por mais de mil pessoas, de quarta a sexta-feira, o dia inteiro, no Auditório da Câmara e na própria Universidade, em Madureira.

Quero, de viva voz, parabenizar o coordenador do curso e agradecer a presença do Presidente da Comissão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, Vereador Dr. Jairinho. Muito obrigado, Vereador, pela presença.

Com a palavra, o Prof. Araújo.

O SR. EDIVALDO LOPES DE ARAÚJO – Dr. Marcos, eu adorei a sua fala. Fiquei satisfeito de saber que existe um Secretário de Direitos Humanos ativo.

Aqui nesta Casa, que é minha Casa, como é sua, em termos de cidadania, nós vimos formando agentes multiplicadores de Direitos Humanos. Já formamos 280 pessoas como agentes multiplicadores, dando um curso de altos estudos de Direitos Humanos, desde a origem, na Grécia, até a análise do artigo 5º. da nossa Constituição. Estão, até aqui alguns alunos que dele participaram.

Ainda agora eu disse para os alunos – aproveito a função de professor –: “O que vocês estão fazendo aqui chama-se exercício puro da cidadania. O líder comunitário ali nos mostrou”. E olha como nosso povo é relaxado, irresponsável. Nós estamos discutindo o Plano Diretor da Cidade, na área de Direitos Humanos, com o Plenário vazio. Isto aqui devia estar abarrotado, e as galerias também. E, amanhã, recebe prato feito e fica reclamando. Discute-se o Orçamento, nesta Casa, e ninguém vem: depois, o prato está feito, fica reclamando que está recebendo o prato feito.

Acredito que deve haver participação e deve haver apoio. Estou com 64 anos de idade e quatro pontes de safena no coração, me aliei á Comissão de Direitos Humanos para continuar pregando Direitos Humanos e cidadania para o meu povo.

Agora, eu gostaria de aproveitar a sua fala, Dr. Marcos, e fazer algumas colocações. A Cidade de Paris não tem muito a ver com a nossa; talvez, Nova Iorque mais, porque Nova Iorque foi criada segregada, e aqui nós somos criados segregados e explorados. As grandes favelas que existem no Rio de Janeiro são resultado de exploração da classe média, que preferiu o empregado lá perto, que muitas vezes ela nem assina a carteira desse empregado, mas ele está ali perto dele. E esse fenômeno não começou agora. Começou no dia 13 de maio de 1888, quando libertaram os escravos, e eles entraram na Mata da Tijuca e ficaram lá. Hoje em dia, isto é uma cidade de guetos. Gueto da elite, gueto da classe média, gueto dos pobres. Todo mundo quer fechar a sua rua, e a maioria desses guetos é porque um tem medo do outro. A fraternidade acabou, eles têm medo.

Eu conheço um condomínio em Jacarepaguá – o senhor estava sustentando essa idéia aí – em que eles fizeram uma parte em que moram umas 20 famílias que trabalham no condomínio, que convivem com o condomínio. Foi uma solução que me parece maravilhosa: criam os filhos ali, junto com os filhos dos bacanas que têm suas casas.

Uma outra coisa que me impressionou e me deixou vibrando foi quando você falou em sala para a solução de conflitos. A sala para a solução de conflitos deveria existir em todas as escolas, e daí nós transformaríamos isso num núcleo multifuncional em cada região, onde estaria a comunidade, o médico, o policial, e aí já aprendiam a resolver seus conflitos dentro das próprias comunidades e escutando os problemas da comunidade. Eu fiquei muito entusiasmado com essa colocação.

Agora, eu quero levantar aqui um protesto ao estado e ao município que cria dependência. Não estou falando do Município do Rio de Janeiro e nem do nosso amigo Prefeito Cesar Maia. Estou falando de uma maneira geral. O coronelismo não acabou, a política dos currais continua. Então, deixa esse

miserável aí na favela, porque eu vou dar uma bolsa de alimentos – e eu vi isso na última eleição – e vou garantir os votos dele. Deixa ele marginalizado, que eu posso manipulá-lo.

Eu e meus alunos vamos para as favelas do Alemão, Maré, etc., levar orientação jurídica, dizer às pessoas quais são os seus direitos. Temos visto coisas fora do comum. Então, eu fico muito preocupado, porque, pela grande massa pobre, não se faz nada, porque o que se quer é massa de manobra.

Então, para não tomar muito tempo, quero dizer que achei maravilhosa a lembrança aqui feita pela colega do sistema de transportes. Gostaria que as pessoas pudessem entender de Direitos Humanos e, antes de entender de Direitos Humanos, que as pessoas aprendessem a entender o que é igualdade e dignidade humana. Essa Comissão não pode permitir, em hipótese alguma, a violação da dignidade humana.

Por isso eu trouxe vocês aqui. Eu os trouxe para descobrirem que, nesta Casa, o Vereador, o homem que se senta ali, é um grande político. Está certo que o Senador cuide da República e que os Deputados cuidem do povo, mas o Vereador é quem cuida dos munícipes. É ele que tem que estar perto da gente. E nós temos que estar aqui prestigiando os eventos.

(PALMAS)

Para encerrar, quero dizer que sou totalmente contra a remoção de favelas. Eu sou a favor de urbanização e de melhorar. Não gosto da expressão controle de natalidade, porque existe o direito de reprodução. Eu prefiro orientação para a natalidade. Eu tenho medo da palavra controle. Não estou censurando ninguém, mas eu tenho medo da palavra. Quando se fala em controle, me parece Benfam, castração e coisas assim. Então, eu prefiro orientação.

Eu fiquei imensamente satisfeito com os palestrantes e com os dois Vereadores da Comissão, dizendo que nós vamos continuar com o nosso trabalho nessa Comissão. O líder comunitário aqui presente me dará um enorme prazer se, no próximo curso, estiver aqui e vier fazer o curso, que vai só crescer. Você já nos deu prova de que tem maturidade para multiplicar essas idéias. Agradeço ao meu parceiro e amigo. Muito obrigado a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO CABRAL) – Aproveitando a deixa do Professor Araújo, quero dizer que esse curso foi realizado aqui, na Universidade, em Madureira, e foram abertas as inscrições à população de modo geral. Como nós tínhamos aqui na Câmara somente 50 lugares, nós só tínhamos condições de colocar 50 inscritos. na UniverCidade, tivemos um número bem maior. Até, aqui, tivemos que colocar cadeiras extras, porque nós tivemos mais do que inscritos.

Se Deus quiser, esse ano vamos repetir o curso. Uma das coisas que eu achei interessante é que entraram muitos Vereadores novos, com, automaticamente, muitos assessores também. Esse curso também visou ao aperfeiçoamento da técnica legislativa, que era um ponto de desconhecimento

bastante grande e que foi aberto a todos. E a gente espera, esse ano, mais uma vez repetir isso. Tivemos até Deputado Federal fazendo o curso.

Eu quero, finalizando, agradecer ao Dr. Marco Fonseca, Ouvidor da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; à Dra. Ana Corrêa, Presidente de Honra do Comitê de Solidariedade e Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil; e lamentar a ausência, por algum motivo, lógico, do Sr. Gilson Sampaio, que é o representante da Associação das Favelas do Rio de Janeiro; agradecer ao Professor Araújo, aos alunos, a todos os presentes; ao Vereador Carlos Bolsonaro, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos. A vocês, meu muito obrigado. E dizer que toda a Sessão de hoje, registrando a presença de todos vocês, será publicadas no Diário da Câmara Municipal e estarão à disposição de vocês.

Meu muito obrigado.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h45)

MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES

Ao Exmo. Sr.

Vereador João Cabral

Acuso o recebimento do convite para participar da Audiência Pública, no próximo dia 26 de abril, às 10h, quando serão discutidos o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro – Solução de Conflitos Urbanos, Virtualidade da Cidade, Remoção de Favelas, Controle de Natalidade e Habitação.

Grato pela atenção de V.Ex^a. , parabenizo-o pela importante iniciativa e reitero-lhe protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Vereador SAMI JORGE HADDAD ABDULMACIH

Exmo. Sr.

Vereador JOÃO CABRAL

Agradeço honroso convite do nobre Vereador João Cabral para participar da Audiência Pública onde será discutido o tema: Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro.

No entanto, impossibilitado de estar presente ao evento, quero expressar meus cumprimentos ao nobre Vereador.

Com elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Vereador CHIQUINHO BRAZÃO

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Eduardo Lopes de Araújo (UniverCidade – Prof.); Wanderson Ferreira Xavier (Aluno da UniverCidade); Suelen Chaves de Oliveira (Aluna da UniverCidade); Derli Ferreira Fernandes (Aluna da UniverCidade); Rafael Andrade Gomes (Aluno da UniverCidade); Robson Costa dos Santos (Aluno da UniverCidade); Jainira Uchoa (Comitê CARJ Solidariedade e Cidadania); Rosângela Evangelista Corrêa; Kátia Moraes (Repres. a Sec. Est. de Assist. Social e D. Humanos Benedita da Silva); Sila Alves Macedo (UniverCidade – Aluno); Cátia Cristina Santos Bráz de Almeida (Aluna da UniverCidade); Tânia Cristina Lima Cruz Domingos (Aluna – UniverCidade); Juliana Cezário de Resende (Aluna – UniverCidade); Ana Maria Correa (Comitê CARJ Solidariedade e Cidadania); Laura Soares (Fecomércio); Renata Pelizon (Rep. Comissão de Direitos Humanos da Alerj); Eliana Junqueira (Ass. do Ver. Profº. Célio Lupporelli); Alcir Mossa Gomes; Fernando Scofano de Mendonça (Rep. da Fecomércio – Fed. do Comércio); Marco Fonseca (Ouvidor da Sec. do Est. de Ass. Social e Defesa Humana); Eduardo Oliveira (Assessor do Ouvidor); Júlio Barcelos (Coord. da Comissão – Assessor do Vereador João Cabral); José Artur de Oliveira (Rep. das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste) e Patrícia Carvalho (Ass. da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira).